



Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 33.868.597/0001-40

www.citi.com.br

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora), em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: A Distribuidora apresentou um lucro líquido de R\$ 296.556 (2021 - R\$ 68.415), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio de 116,30% (2021 - 35,60%). Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 13,76% (2021 - 15,31%).

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No período findo em 31 de dezembro de 2022 a Distribuidora distribuiu dividendos no valor de R\$ 310.000 (2021 - R\$ 100.000).

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é formado por até três representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento

das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as Demonstrações Financeiras do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 24 de março de 2023.

São Paulo, 24 de março de 2023.

A Diretoria

Demonstrações dos Resultados Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

| | Nota | 2º Semestre | | Exercícios |
|--|-------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | | 2022 | 2021 | |
| Recetas da intermediação financeira | | 331.808 | 592.951 | 213.206 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 6.c | 331.808 | 592.951 | 213.285 |
| Resultado de operações de câmbio | | - | - | (79) |
| Resultado da intermediação financeira operacionalis | | 331.808 | 592.951 | 213.206 |
| Outras receitas(despesas) operacionais | | (41.292) | (91.966) | (86.636) |
| Recetas de prestação de serviços | 15 | 17.807 | 33.319 | 35.324 |
| Despesas de pessoal | | (10.983) | (21.232) | (19.888) |
| Outras despesas administrativas | 16 | (16.107) | (32.926) | (31.156) |
| Despesas tributárias | | (16.512) | (29.540) | (12.299) |
| Resultado de provisão para passivos contingentes | 17.a | (15.520) | (41.595) | (47.935) |
| Outras receitas operacionais | | 2.373 | 3.338 | 1.305 |
| Outras despesas operacionais | 17.b | (2.350) | (3.330) | (11.987) |
| Resultado operacional | | 290.516 | 500.985 | 126.570 |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações | | 290.516 | 500.985 | 126.570 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social | 18 | (118.113) | (201.882) | (55.951) |
| Provisão para imposto de renda | | (73.459) | (131.776) | (43.613) |
| Provisão para contribuição social | | (46.475) | (81.498) | (32.434) |
| Ativo fiscal diferido | | 1.821 | 11.392 | 20.096 |
| Participações no lucro - Empregados | | (1.431) | (2.547) | (2.204) |
| Quantidade de ações | 14.a | 4.023.359.318 | 4.023.359.318 | 4.023.359.318 |
| Resultado líquido por lote de mil ações (em R\$) | | 42,49 | 73,71 | 17,00 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

| | Nota | 2º Semestre | | Exercícios |
|--|------|----------------|----------------|---------------|
| | | 2022 | 2021 | |
| Lucro líquido do período | | 170.972 | 296.556 | 68.415 |
| Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para lucro ou prejuízo: | | | | |
| Plano de benefícios a empregados | | (172) | 899 | (2.605) |
| Plano de benefícios a empregados | | (287) | (684) | (2.160) |
| Imposto de renda | | 115 | 1.583 | (445) |
| Total do resultado abrangente do período | | 170.800 | 297.455 | 65.810 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

| | Nota | 2º Semestre | | Exercícios |
|---|------|------------------|------------------|------------------|
| | | 2022 | 2021 | |
| Atividades operacionais | | | | |
| Lucro líquido | | 170.972 | 296.556 | 68.415 |
| Ajustes ao lucro líquido | | 2.251 | 18.130 | 23.972 |
| Amortização e depreciação | 16 | 76 | 152 | 153 |
| Provisão para processos judiciais, administrativos e outros | 17.a | 15.520 | 41.595 | 47.935 |
| Outras provisões | | (11.524) | (12.225) | 1.395 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 18 | (1.821) | (11.392) | (20.096) |
| Varições em ativos e passivos | | 1.366.314 | (128.273) | 1.971.099 |
| Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez | | - | - | 408.053 |
| (Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários | | 3.529 | (16.366) | (12.361) |
| (Aumento)/Redução em outros ativos financeiros | | (52.423) | 180.274 | (226.712) |
| (Aumento)/(Redução) em outros passivos financeiros | | (113.606) | (141.738) | (2.520) |
| Aumento em passivos fiscais | | 1.414.904 | (260.091) | 1.804.572 |
| Aumento em outros passivos | | 136.910 | 209.828 | 39.281 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | 1.753 | 634 | 280 |
| Caixa líquido originado em atividades operacionais | | 1.539.537 | 186.413 | 2.063.486 |
| Atividades de investimento | | | | |
| Aquisições de imobilizado | | - | - | (129) |
| Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos | | (81) | (81) | (129) |
| Atividades de financiamento | | | | |
| Dividendos pagos | | (310.000) | (310.000) | (100.000) |
| Caixa líquido (aplicado) em atividades de financiamento | | (310.000) | (310.000) | (100.000) |
| Aumento/(Redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa | | 1.229.456 | (123.668) | 1.963.357 |
| Modificações na posição financeira | | | | |
| Início do período | | 4.328.894 | 5.682.018 | 3.718.661 |
| Fim do período | 4 | 5.558.350 | 5.558.350 | 5.682.018 |
| Aumento/(Redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa | | 1.229.456 | (123.668) | 1.963.357 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

m) Benefícios pós-emprego
O Conglomerado participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. A Distribuidora também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada semestralmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível a Distribuidora como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - *asset ceiling*).

O Banco Central publicou em 23 de dezembro de 2020 a Resolução nº 4.877, do Conselho Monetário Nacional - CMN, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para o plano de assistência à saúde para aposentados, essa Resolução não trouxe impactos no balanço patrimonial da Distribuidora em função da adoção antecipada do CPC 33, considerando que este plano estava deficitário.

Os benefícios pós-emprego relacionados ao complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo sendo superatuários, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros resultados abrangentes, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do *asset ceiling*.

l. Benefícios de curto prazo
Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

n) Uso de estimativas
A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas na determinação de valores de ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, valorização a mercado de determinados títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

o) Resultados recorrentes e não recorrentes
A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. De acordo com os critérios internos de avaliação, define-se como resultado não corrente do período, o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. O resultado recorrente por sua vez corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos períodos futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão apresentados na nota explicativa 21.e.

| | 2022 | 2021 |
|--|------------------|------------------|
| | | |
| Aplicações temporárias em ouro | 1.181 | 1.047 |
| Aplicações em operações compromissadas - posição bancada | 5.541.237 | 5.670.059 |
| Total | 5.558.350 | 5.682.018 |

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

| | 2022 | 2021 |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| | | |
| Posição bancada | 5.541.237 | 5.541.237 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 5.541.237 | 5.541.237 |
| Total | 5.541.237 | 5.541.237 |

continua →

| Ativo | Nota | 2022 | | 2021 | |
|--|-----------|------------------|------------------|------|------|
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Disponibilidades | 4 | 15.932 | 11.959 | | |
| Ativos financeiros | | 5.992.392 | 6.285.408 | | |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 5 | 5.541.237 | 5.670.059 | | |
| Aplicações em operações compromissadas | | 5.541.237 | 5.670.059 | | |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 397.641 | 381.561 | | |
| Carteira própria | | 108.876 | 97.047 | | |
| Vinculados à prestação de garantias | | 288.765 | 284.514 | | |
| Outros ativos financeiros | | 53.514 | 233.788 | | |
| Negociação e intermediação de valores | 7 | 53.514 | 233.788 | | |
| Outros ativos | | 294.111 | 138.035 | | |
| Outros valores e bens | 4 | 1.191 | - | | |
| Rendas a receber | | 2.657 | 1.671 | | |
| Ativo fiscal corrente | 8 | 9.610 | 16 | | |
| Ativo fiscal diferido | 8 | 119.420 | 106.263 | | |
| Diversos | 9 | 161.243 | 30.085 | | |
| Permanente | | 624 | 695 | | |
| Investimentos | 10 | 15 | 15 | | |
| Outros investimentos | | 15 | 15 | | |
| Imobilizado de uso | | 78 | 104 | | |
| Outras imobilizações de uso | | 131 | 131 | | |
| (Depreciações acumuladas) | | (53) | (27) | | |
| Intangível | | 531 | 576 | | |
| Ativos intangíveis | | 1.696 | 1.615 | | |
| (Amortização acumulada) | | (1.165) | (1.039) | | |
| Total do Ativo | | 6.303.059 | 6.436.097 | | |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

| | Nota | Capital social | | Reservas de Lucros | | Outros resultados abrangentes | Lucro acumulado | Total |
|---|-------------|----------------|---------------|---------------------|--------------------|-------------------------------|-----------------|----------------|
| | | Capital social | Reserva legal | Reserva estatutária | Reservas especiais | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | | 81.641 | 16.330 | 16.270 | 64.264 | 479 | - | 178.984 |
| Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos | 14.f | - | - | - | - | (2.993) | - | (2.993) |
| Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados líquido de impostos | 14.f | - | - | - | - | (2.605) | - | (2.605) |
| Lucro Líquido | | - | - | - | - | - | 68.415 | 68.415 |
| Reservas | 14.b, c e d | - | - | 47.323 | - | - | (47.323) | - |
| Dividendos | 14.e | - | - | (14.644) | (64.264) | - | (21.092) | (100.000) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 81.641 | 16.330 | 48.949 | (64.264) | (5.119) | - | 141.801 |
| Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados líquido de impostos | 14.f | - | - | - | - | 899 | - | 899 |
| Lucro Líquido | | - | - | - | - | - | 296.556 | 296.556 |
| Reservas | 14.b, c e d | - | - | 26.556 | - | - | (26.556) | - |
| Dividendos | 14.e | - | - | (40.000) | - | - | (270.000) | (310.000) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 81.641 | 16.330 | 35.505 | (4.220) | (4.220) | 129.256 | 268.556 |
| Saldos em 30 de junho de 2022 | | 81.641 | 16.330 | 48.949 | (4.048) | 125.584 | 268.556 | 268.556 |
| Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados líquido de impostos | 14.f | - | - | - | - | (172) | - | (172) |
| Lucro Líquido | | - | - | - | - | - | 170.972 | 170.972 |
| Reservas | 14.b, c e d | - | - | 26.556 | - | - | (26.556) | - |
| Dividendos | 14.e | - | - | (40.000) | - | - | (270.000) | (310.000) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 81.641 | 16.330 | 35.505 | (4.220) | - | 129.256 | 268.556 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora) sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banco Citibank S.A. (Banco) é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capital. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas Demonstrações Financeiras devem ser entendidas nesse contexto. Sua matriz está localizada na Avenida Paulista, nº 1.111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Distribuidora tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares as companhias distribuidoras atuando na compra e venda de ouro, inclusive por conta e ordem de terceiros, e na intermediação em bolsa de mercadorias à vista, futuros e a termo.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil - Bacen, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Na elaboração dessas Demonstrações Financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, virá da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão variar a ser diferentes dos estimados.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Distribuidora evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A autorização para publicação das Demonstrações Financeiras foi dada pela Administração da Distribuidora em 24 de março de 2023.

3 Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente do recebimento ou pagamento. Com a



Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 33.868.597/0001-40

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

6 Títulos e valores mobiliários

a) Títulos para negociação

Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento. O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

| | 2022 | | De 3 a 12 meses |
|------------------------------------|------------------|------------------|-----------------|
| | Custo Atualizado | Valor de mercado | |
| Títulos para Negociação | 246.958 | 247.481 | 247.481 |
| Vinculado à prestação de garantias | 246.958 | 247.481 | 247.481 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 246.958 | 247.481 | 247.481 |
| Total | 246.958 | 247.481 | 247.481 |

| | 2021 | | De 3 a 12 meses |
|------------------------------------|------------------|------------------|-----------------|
| | Custo Atualizado | Valor de mercado | |
| Títulos para Negociação | 248.024 | 247.884 | 247.884 |
| Vinculado à prestação de garantias | 248.024 | 247.884 | 247.884 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 248.024 | 247.884 | 247.884 |
| Total | 248.024 | 247.884 | 247.884 |

b) Títulos disponíveis para venda

| | 2022 | | Sem vencimento |
|---|------------------|------------------|----------------|
| | Custo Atualizado | Valor de mercado | |
| Títulos Disponíveis para Venda | 108.876 | 108.876 | 108.876 |
| Carteira própria | 108.876 | 108.876 | 108.876 |
| Cotas de fundos de investimentos ⁽¹⁾ | 41.284 | 41.284 | 41.284 |
| Vinculados à prestação de garantias | 41.284 | 41.284 | 41.284 |
| Cotas de fundos de investimentos ⁽²⁾ | 150.160 | 150.160 | 150.160 |
| Total | 108.876 | 108.876 | 108.876 |

| | 2021 | | Sem vencimento |
|---|------------------|------------------|----------------|
| | Custo Atualizado | Valor de mercado | |
| Títulos Disponíveis para Venda | 97.047 | 97.047 | 97.047 |
| Carteira própria | 97.047 | 97.047 | 97.047 |
| Cotas de fundos de investimentos ⁽¹⁾ | 36.630 | 36.630 | 36.630 |
| Vinculados à prestação de garantias | 36.630 | 36.630 | 36.630 |
| Cotas de fundos de investimentos ⁽²⁾ | 133.677 | 133.677 | 133.677 |
| Total | 97.047 | 97.047 | 97.047 |

⁽¹⁾ A Distribuidora possui aplicação em cotas de fundos de investimento cuja carteira é composta por operações comprissadas, firmadas entre o Banco Citibank S.A. e o Fundo de Investimento Referenciado DI Londres.

⁽²⁾ Refere-se ao investimento no fundo destinado exclusivamente para atendimento de obrigações assumidas em operações realizadas e/ou registradas na B3. A totalidade de suas cotas é destinada ao atendimento de margem de garantia por parte dos colistas, perante a B3.

c) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com títulos e valores mobiliários registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

| | 2º Semestre 2022 | | Exercícios 2022 | | Exercícios 2021 | |
|--|------------------|----------------|-----------------|------|-----------------|------|
| | 2022 | 2022 | 2022 | 2021 | 2021 | 2021 |
| Contratos | | | | | | |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez/comprissadas | 306.032 | 547.280 | 195.449 | | | |
| Outros | 25.776 | 45.671 | 17.836 | | | |
| Total | 331.808 | 592.951 | 213.285 | | | |

No período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve saldo de ajuste ao valor de mercado de instrumentos disponíveis para venda, no patrimônio líquido, referente aos ganhos/ (perdas) não realizados, deduzidos dos efeitos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Distribuidora não possuía títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, os títulos privados estão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e as ações estão registradas na Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLIC.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias mencionadas na nota 3.a.

7 Negociação e intermediação de valores

Os ativos e passivos financeiros aqui apresentados estão concentrados no curto prazo.

| | 2022 | | 2021 | |
|--|------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | Ativo financeiro | Passivo financeiro | Ativo financeiro | Passivo financeiro |
| Devedores/credores por conta de liquidações pendentes ⁽¹⁾ | 53.514 | 5.664.744 | 233.788 | 5.924.835 |
| Outros créditos/obrigações por negociação e intermediação de valores | - | 3.857 | - | 3.857 |
| Total | 53.514 | 5.668.601 | 233.788 | 5.928.692 |

⁽¹⁾ Os saldos do ativo e do passivo referem-se, basicamente, a valores em trânsito de investidores estrangeiros, para os quais a Distribuidora presta serviço de custódia de valores.

8 Ativos fiscais

| | 2022 | | 2021 | |
|--|--------------|----------------|--------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Ativos fiscais correntes | | | | |
| Impostos e contribuições a compensar/recuperar | 9.610 | 16 | 9.610 | 16 |
| Total | 9.610 | 16 | 9.610 | 16 |

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Administração da Distribuidora constituiu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A referida constituição respeitou a projeção da lucratividade da Distribuidora, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários e o histórico de lucros fiscais nos últimos cinco exercícios.

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

| | Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | Constituição | Realização | Saldos em 31 de dezembro de 2022 | |
|--|----------------------------------|---------------|----------------|------------|----------------------------------|---------------|
| | 2021 | 2021 | | | 2022 | 2022 |
| Provisão para outros pagamentos | 138 | 337 | (92) | | | 383 |
| Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis | 66.204 | 10.803 | (3.397) | | | 73.610 |
| Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários | 35 | - | (35) | | | - |
| Provisão para bônus e gratificação periódica | 37 | 3.552 | (2.945) | | | 644 |
| Total | 66.414 | 14.692 | (6.469) | | | 74.637 |

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social

| | Saldos em 31 de dezembro de 2020 | | Constituição | Realização | Saldos em 31 de dezembro de 2021 | |
|--|----------------------------------|---------------|----------------|------------|----------------------------------|---------------|
| | 2020 | 2020 | | | 2021 | 2021 |
| Provisão para outros pagamentos | 159 | 69 | (90) | | | 138 |
| Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis | 53.196 | 13.862 | (854) | | | 66.204 |
| Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários | - | 129 | (94) | | | 35 |
| Provisão para bônus e gratificação periódica | 820 | 952 | (1.735) | | | 37 |
| Total | 54.175 | 15.012 | (2.773) | | | 66.414 |

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda

| | 2023 | | 2024 | | 2025 | | 2026 | | 2027 | | Demais anos |
|--|--------------|---------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|--------------|-------------|
| | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2027 | 2027 | 2027 | 2027 | | |
| Provisão para outros pagamentos | 383 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis | 9 | 69.901 | 535 | 453 | 453 | 453 | 453 | 453 | 2.259 | 2.259 | - |
| Provisão para bônus e gratificação periódica | 644 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 1.036 | 69.901 | 535 | 453 | 453 | 453 | 453 | 453 | 2.259 | 2.259 | - |

d) Realização de crédito tributário de contribuição social

| | 2023 | | 2024 | | 2025 | | 2026 | | 2027 | | Demais anos |
|--|------------|---------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|--------------|-------------|
| | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2027 | 2027 | 2027 | 2027 | | |
| Provisão para outros pagamentos | 230 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis | 5 | 41.940 | 321 | 271 | 271 | 271 | 271 | 271 | 1.357 | 1.357 | - |
| Provisão para bônus e gratificação periódica | 388 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 623 | 41.940 | 321 | 271 | 271 | 271 | 271 | 271 | 1.357 | 1.357 | - |

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 94.309 (2021 - R\$ 86.521) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Não haviam créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

9 Outros ativos - Diversos

| | 2022 | | 2021 | |
|---------------------------------------|----------------|----------------|------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Devedores por depósitos em garantia | 131 | 36.330 | 126 | 29.390 |
| Adiantamentos e antecipações | 122 | - | 156 | - |
| Pagamentos a ressarcir ⁽¹⁾ | 11 | - | 286 | - |
| Outros ativos diversos ⁽²⁾ | 124.632 | 17 | - | 127 |
| Total | 124.896 | 36.347 | 568 | 29.517 |

⁽¹⁾ Refere-se principalmente a impostos arrecadados a maior, aguardando aprovação para registro de impostos a compensar.

⁽²⁾ Refere-se principalmente a liquidação de clientes junto a CETIP referente às operações de *Internal Securities*.

10 Investimentos

O saldo de investimentos está representado basicamente por títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no montante de R\$ 15 (2021 - R\$ 15).

11 Passivos fiscais

| | 2022 | | 2021 | |
|--|----------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Passivos fiscais correntes | | | | |
| Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro | 178.629 | - | 62.886 | - |
| Provisão para impostos e contribuições a recolher | 22.798 | - | 29.527 | - |
| Total | 201.427 | - | 92.413 | - |

Passivos fiscais diferidos

| | 2022 | | 2021 | |
|--|------------|----------------|------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro | 183 | - | - | - |
| Total | 183 | - | - | - |

12 Provisões

| | 2022 | | 2021 | |
|---|--------------|----------------|--------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Provisão para contingências (nota 13.a) | 131 | 294.415 | 538 | 256.922 |
| Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾ | 1.264 | 2.283 | 9.320 | 1.546 |
| Total | 1.395 | 296.698 | 9.858 | 258.468 |

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2022, a Distribuidora constituiu provisão de reestruturação de pessoal de R\$ 0 (2021 - R\$ 249) e despesa de pessoal de R\$ 2.060 (2021 - R\$ 9.560).

13 Passivos contingentes e obrigações legais

A Distribuidora é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a) Saldos patrimoniais das provisões para contingências

| | 2022 | | 2021 | |
|--|------------|----------------|------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Provisão para contingências - Fiscais | 131 | 328 | 126 | 256 |
| Provisão para contingências - Trabalhistas | - | 16.295 | 412 | 16.509 |
| Provisão para contingências - Cíveis | - | 277.792 | - | 240.157 |
| Total | 131 | 294.415 | 538 | 256.922 |

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009 e na Carta Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Distribuidora tem constituído provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, composta basicamente pelos seguintes casos:

Cível: Tratam-se de processos cíveis referentes a discussões sobre a atuação na prestação de serviços à terceiros, cujas provisões foram efetuadas com base na melhor estimativa da administração e de seus assessores, considerando o estágio atual dos processos.

Fiscal - Exclusão ISS na base de cálculo PIS/COFINS - R\$ 328 (2021 - R\$ 249): trata-se de Mandado de Segurança visando questionar a inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como pleitear a restituição de valores recolhidos na atual sistemática. Processo sobrestado com decisão favorável à Entidade até o julgamento da repercussão geral do tema pelo STF.

Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$ 131 (2021 - R\$ 126): trata-se de processo onde se discute a legalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% para instituições financeiras na contribuição ao INSS. Houve homologação da desistência parcial no âmbito da Anistia Fiscal Lei nº 11.941/2009. Em dezembro de 2018 a Distribuidora protocolou nos autos do processo a resistência da parcela remanescente. Aguarda-se a apuração dos valores a serem convertidos em renda e dos valores que serão levantados pela Entidade.

Trabalhista: Tratam-se de processos trabalhistas massificados e relevantes por receberem pedidos inferiores a R\$ 500 e R\$ 10.000, respectivamente. A descrição do provisionamento está detalhada na nota de Principais Práticas Contábeis, na subseção de Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais.

Contingências classificadas como risco de perda possível

Não são reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$ 1.005.792 (2021 - R\$ 967.095), os quais são apurados através da mensuração dos pedidos estimáveis contidos em 81 contingências fiscais, cíveis no montante de R\$ 749.313 (2021 - R\$ 629.473), dos quais 15 processos são lidos como estimáveis, restando ainda 5 processos cíveis tidos como inestimáveis por conta do tipo de ação ou pela necessidade de apuração/liquidação dos pedidos postulados por seus autores. As contingências classificadas com risco de perda possível são compostas basicamente pelos seguintes casos:

Ações indenizatórias - R\$ 209.683 (2021 - R\$ 185.232): trata-se de ação onde o cliente discute prejuízos nos fundos de investimento, onde a Distribuidora é a prestadora de serviços de custódia, escrituração e controladoria administrado por terceiros. A ação se encontra em juízo de primeira instância, aguardando sentença.

Ação indenizatória - R\$ 158.499 (2021 - R\$ 137.833): trata-se de indenizatória por meio da qual o autor requer indenização por danos materiais, referentes a prejuízos em fundos de investimento. Inicialmente foi reconhecida a incompetência da vara, ao que o Banco apresentou recurso, que foi provido. O caso aguarda julgamento de Recurso Especial de outros réus.

Ação indenizatória (SP) - R\$ 150.212 (2021 - R\$ 131.309): trata-se de indenizatória por meio da qual o autor requer indenização por danos materiais, referentes a prejuízos em fundos de investimento. Aguardando produção de provas periciais, tendo as partes apresentado documentação.

Ação indenizatória - R\$ 124.829 (2021 - R\$ 108.492): trata-se de indenizatória por meio da qual o autor requer indenização por danos materiais, referentes a supostos prejuízos em fundos de investimento em que o Banco atuou como custodiante e controlador. Aguardando produção de provas periciais.

Desumultuização - BM&FBovespa - R\$ 36.996 (2021 - R\$ 35.072): trata-se de processos onde se discute o recolhimento de COFINS e PIS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão em ações. Um caso foi objeto de decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e aguarda julgamento de recurso especial da Fazenda. O outro caso, o recurso especial interposto pela Distribuidora foi improvido, o que levará a discussão ao Judiciário.

IRPJ/CSLL sobre Correção Monetária de Depósitos Judiciais - R\$ 352.611 (2021 - R\$ 350.299): ação de infração lavrada para cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e CSLL sobre variação monetária ativa de depósitos judiciais. Decisão definitiva favorável ao Banco reconhecendo a não incidência do IRPJ e da CSLL sobre a correção monetária de depósitos judiciais, como exigido pelas autoridades fiscais.

IRRF - R\$ 432.849 (2021 - R\$ 394.320): Tratam-se de autos de infração que discutem imposto de renda retido na fonte relativos a investidores estrangeiros, passíveis de potencial reembolso. A Distribuidora apresentou defesas que aguardam decisões em esfera administrativa.

Dedução dos juros sobre capital próprio calculados retroativamente - R\$ 122.492 (2021 - R\$ 115.718): valor total estimado de IRPJ e CSLL sobre despesa de juros sobre capital próprio calculados retroativamente. Aguardam-se decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e de julgamento de ações judiciais no Poder Judiciário.

b) Movimentação das contingências

| | Saldos em 31 de dezembro | | | | | Saldos em 31 de dezembro |
|----------------|--------------------------|--------------|----------|------------|-------------|--------------------------|
| | 2021 | Constituição | Reversão | Utilização | Atualização | |
| Fiscais | 392 | 45 | - | - | 10 | 382 |
| Trabalhistas | 16.921 | 713 | (26) | (3.167) | 1.854 | 16.295 |
| Cíveis | 240.157 | 482 | (1.583) | (1.342) | 40.0 | |



Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 33.868.597/0001-40

www.citi.com.br

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

R\$ 405 e R\$ 186 (2021 - R\$ 467 e R\$ 385) para a Citiprevi, registrado na rubrica de "despesa de pessoal". De acordo com a última posição atuarial ocorrida em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor líquido dos ativos e passivos dos planos de benefícios estavam assim representados:

| | 2022 | 2021 |
|----------------------------|--------------|--------------|
| Ativos líquidos dos planos | 43.862 | 49.947 |
| Passivos atuariais | (37.737) | (44.640) |
| Superavit | 6.125 | 5.307 |

As hipóteses financeiras e atuariais utilizadas para as avaliações atuariais são apresentadas na tabela a seguir. As premissas adotadas na data da avaliação atuarial são utilizadas para determinação do valor presente das obrigações atuariais naquela data. As premissas atuariais foram projetadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

| Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial | 2022 | 2021 |
|--|--|--|
| Moeda funcional | R\$ | R\$ |
| | Ativo posicionado em 31/12/2022 | Ativo posicionado em 31/12/2021 |
| Critério para apuração dos ativos | informado pela Citiprevi | informado pela Citiprevi |
| | Inflação + 6,16% a.a. = 9,75% a.a. | Inflação + 5,40% a.a. = 9,00% a.a. |
| Taxa de desconto da obrigação atuarial | Inflação + 6,16% a.a. = 9,75% a.a. | Inflação + 5,40% a.a. = 9,00% a.a. |
| Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano | Inflação + 2,50% a.a. = 5,99% | Inflação + 2,50% a.a. = 5,99% |
| Crescimento salarial médio | Inflação = 3,40% | Inflação = 3,40% |
| Crescimento benefício previdenciário | Inflação = 3,40% | Inflação = 3,40% |
| Reajuste do benefício do plano | Inflação = 3,40% | Inflação = 3,40% |
| Taxa anual de inflação a longo prazo | 3,40% a.a. | 3,40% a.a. |
| Capacidade salarial e de benefício ⁽¹⁾ | 98% | 98% |
| Percentual de aumento do custo médico por faixa etária | Não aplicável | Não aplicável |
| | AT-2000 | AT-2000 |
| | suavizada em 10% | suavizada em 10% |
| Tábua de mortalidade geral | segregada por sexo | segregada por sexo |
| Tábua de mortalidade de inválidos | IAPB 57 | IAPB 57 |
| | Mercer Disability | Mercer Disability |
| Tábua de entrada em invalidez | desagravada em 50,00% | desagravada em 50,00% |
| | Até 20 SM: 0,20/ (TS)*0,26 | Até 20 SM: 0,20/ (TS)*0,26 |
| | Acima de 20 SM: 0,22/(TS)*0,32 | Acima de 20 SM: 0,22/(TS)*0,32 |
| | SM: Salário Mínimo | SM: Salário Mínimo |
| | TS: Tempo de Serviço | TS: Tempo de Serviço |
| Rotatividade | Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir: 55 anos ⁽¹⁾ - 40,00% 56-57 anos - 20,00% 58 anos - 15,00% 59 anos - 5,00% | Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir: 55 anos ⁽¹⁾ - 40,00% 56-57 anos - 20,00% 58 anos - 15,00% 59 anos - 5,00% |

60 anos - 100,00%
90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes. Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

Composição familiar

⁽¹⁾ O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para recuperação das perdas inflacionárias.

⁽²⁾ 55 anos ou a primeira idade de aposentadoria antecipada, o que ocorrer primeiro.

v. Taxa para desconto da obrigação atuarial
A taxa de desconto é utilizada para a determinação, na data-base da avaliação atuarial, do valor presente resultante do fluxo de caixa esperado para a cobertura dos benefícios pós-emprego.

21 Outras informações

- Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Distribuidora não operou com instrumentos financeiros derivativos.
- A Distribuidora, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não administrava mais fundos de investimento e carteira de terceiros.
- Os ativos não-financeiros foram revisados e nenhuma perda por *impairment* foi reconhecida no período.
- A Distribuidora opera dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 17 de agosto de 1994, inclusive quanto a alterações posteriores, tendo como relação entre patrimônio líquido ajustado consolidado e ativos ponderados 13,76% (2021 - 15,31%). Esse índice, conforme faculta a referida legislação, é apurado de forma consolidada para o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil.

e) Resultados recorrentes e não recorrentes
Apresentação do resultado recorrente e não recorrente da Distribuidora, líquidos dos efeitos fiscais, de acordo com as definições internas e seguindo os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

| | Exercícios | 2022 | 2021 |
|---|------------|----------------|---------------|
| Lucro líquido contábil | | 296.556 | 68.415 |
| Eventos Não recorrentes | | | |
| Crédito tributário por majoração alíquota Contribuição Social | | 74 | (287) |
| Lucro líquido recorrente | | 296.630 | 68.128 |

f) Plano para implementação da Resolução CMN nº 4.966

- Visão Geral**
- O Conselho Monetário Nacional emitiu em 25 de novembro de 2021 a Resolução nº 4.966, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2025, que dispõe sobre os novos conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para:
- classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;
 - constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos seguintes instrumentos financeiros:
- ativos financeiros;
 - garantias financeiras prestadas; e
 - compromissos de crédito e créditos a liberar que atendam a pelo menos uma das seguintes características:
- o compromisso não é cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição;
 - a instituição não tem capacidade de cancelar, bloquear ou suspender o contrato ou o desembolso dos recursos ou não executa o cancelamento, bloqueio ou suspensão na gestão cotidiana normal do instrumento financeiro; ou
 - a instituição não tem capacidade de monitorar individualmente o instrumento financeiro ou a situação financeira da contraparte, de modo que permita o imediato cancelamento, bloqueio ou suspensão do compromisso ou do desembolso dos recursos, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte;
- designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de *hedge*); e
 - evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.
- Plano de implementação**
- O plano de implementação, colocado à disposição para consulta pelo Regulador local, foi aprovado pela Diretoria da Instituição em 2022, sendo a ele incorporadas regularmente as atualizações normativas.
- A estrutura do plano prevê as etapas de:
- Planejamento, análise de impacto e revisão da arquitetura - 2022
 - Especificação dos requerimentos e desenvolvimento pelos times de tecnologia - 2023
 - Conclusão do desenvolvimento, Testes e Paralelo - 2024

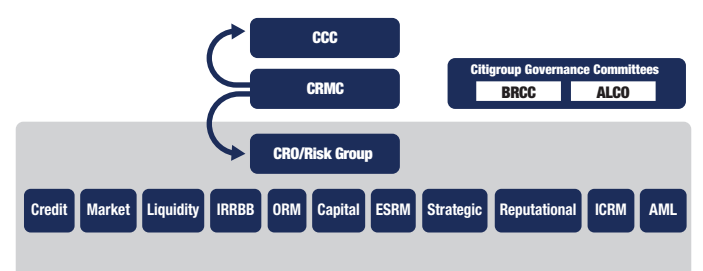
iv. Implantação e acompanhamento Pós Implantação - 2025
As atividades estão distribuídas em três frentes de trabalho com suporte direto dos times de tecnologia e infraestrutura:

i. Escrituração contábil e fiscal: atuação na definição dos roteiros e políticas contábeis.
ii. Modelo de perdas esperadas: atuação definição do novo modelo de perdas esperadas.
iii. Reportes Regulatórios: atuação na adaptação dos documentos enviados para os Reguladores locais a fim de se adequarem ao contexto da nova base normativa.
Todas as frentes de trabalho contemplam atividade de definição de governança, controles e do modelo de arquitetura a ser adotado; este último com suporte dos times de tecnologia e infraestrutura.

A estratégia relacionada a recursos escolhida segue modelo híbrido, tendo time multidisciplinar composto por colaboradores da Instituição e consultores externos.
Os produtos com impacto de maior complexidade são: Operações de Crédito, Câmbio e Títulos e Valores Mobiliários, sendo previsto no orçamento da instituição exclusivos ao projeto.
A adaptação para a nova base normativa é avaliada como sendo de alta complexidade com impactos de larga escala. Ao longo do exercício de 2022, o Citi atuou nas frentes de planejamento e análise de impacto, estabelecendo comunicação com as associações de classe e regulador e focando os esforços na avaliação da arquitetura de sistemas.

22 Gerenciamento integrado de Riscos

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, observa a Resolução nº 4.557 do Bacen, publicada em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida, as regras para Gestão de Riscos e Gestão de Capital. Em linha com a Resolução, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui a seguinte estrutura de governança de riscos:



- Country Coordination Committee (CCC):** é o principal Comitê Interno do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, composto pelos chefes das principais áreas de negócios e infraestrutura, conforme descrito no *Citi Brazil Corporate Governance Procedures and Standards*. Ele coordena a interação entre linhas de negócios, produtos e áreas de infraestrutura, bem como discute questões relevantes e de risco.
- Country Risk Management Committee (CRMC):** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil adota e mantém, ainda, o CRMC como instância de apoio e governança para a gestão dos riscos corporativos relevantes, abrangendo risco de crédito, mercado, *Interest Rate Risk on Banking Book* - IRRBB, capital, liquidez, operacional, socioambiental e climático, estratégico, reputacional, além de riscos adicionais considerados relevantes pela instituição.
- Chief Risk Officer (CRO)/Risk Group:** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil prevê a atuação do CRO, sendo este responsável pela supervisão da conformidade, verificação, monitoramento e prevenção dos riscos controlados pela segunda linha de defesa; bem como a atuação do *Risk Group*, o qual tem como objetivo auxiliar o CRO no processo de avaliação e decisão de ações de mitigação de riscos e, principalmente, promover maior transparência às partes interessadas ao informar os riscos aos quais as áreas estão expostas, as políticas, normas e medidas adotadas para sua mitigação, bem como sua eficácia e eficiência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil conta, por fim, com o Grupo de Risco. Para maiores informações sobre a estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos, consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Relatórios - Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3.

22.1. Gerenciamento de risco de capital

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil e da unidade única responsável pelo gerenciamento do capital das demais empresas do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, estabelece a Política de Gerenciamento de Capital, cujas responsabilidades e procedimentos são baseados nas diretrizes de gerenciamento de capital instituídas pelo Citigroup globalmente.

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pelo Conglomerado Prudencial Citibank Brasil baseia-se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital. O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

22.2. Gerenciamento de risco operacional

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, mantém uma estrutura de Gestão de Risco Operacional e de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

Primeira Linha de Defesa - Negócio: O negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.

Segunda Linha de Defesa - Independent Compliance Risk Management e Independent Risk Management: Constituem a segunda linha de defesa e é uma unidade subordinada a estrutura de *Independent Risk Management*. O objetivo dessas áreas é supervisionar as atividades de risco das unidades da primeira linha de defesa e desafiar a efetividade dos controles assim como por assegurar de forma consistente a gestão do Risco Operacional nos diversos negócios e funções da franquia.

Terceira Linha de Defesa: A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a conformidade das áreas de negócio e reporta os resultados de suas avaliações de forma contínua e independente à gerência.

Funções de Controle e Suporte: Finanças, Recursos Humanos e Jurídico entre outras são áreas responsáveis por projetar, implementar e manter um ambiente de controle robusto aumentando a eficácia dos controles. Essas funções podem operar dentro e/ou entre empresas gerenciadas e podem ser responsáveis por aconselhar, contribuir para executar e/ou supervisionar os controles chave para suportar a gestão eficiente e efetiva do Risco Operacional.

O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por garantir o controle e a direção estratégica no processo de identificação de riscos operacionais significativos e controles mitigadores conforme o processo global de autoavaliação de Risco e Controle, bem como no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao *Chief Risk Officer* e ao Comitê de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos riscos operacionais significativos e emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização como um todo.

22.3. Gerenciamento de risco de mercado e do IRRBB

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma diretoria de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup. A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) segregação das carteiras entre "Negociação" e "Bancária" v) apreçamento e marcação a mercado; vi) novas transações, atividades e operações complexas; e vii) o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de Sensibilidade/Demonstrativo Financeiro

A análise de sensibilidade sendo considerados os principais fatores de risco da Distribuidora, segregados em carteira de *Negociação* (que engloba produtos como derivativos e títulos públicos) e carteira *Bancária* (com produtos como operações compromissadas com finalidade de gerenciamento de liquidez, depósitos e títulos públicos).

| Fatores de Risco | Descrição | 2022 | | |
|----------------------------------|---|-------------|----------------|--------------|
| | | I | II | III |
| Taxas de juros nominais em reais | Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixada | (11) | (1.915) | 1.915 |
| Moeda estrangeira | Posição em moeda estrangeira | (13) | (160) | 160 |
| Total | | (24) | (2.075) | 2.075 |

| Fatores de Risco | Descrição | 2021 | | |
|----------------------------------|---|-------------|----------------|--------------|
| | | I | II | III |
| Taxas de juros nominais em reais | Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixada | (17) | (2.339) | 2.339 |
| Moeda estrangeira | Posição em moeda estrangeira | (36) | (429) | 429 |
| Total | | (53) | (2.768) | 2.768 |

| Fatores de Risco | Descrição | 2022 | | |
|-------------------------|--|------------|----------------|------------------|
| | | I | II | III |
| Taxas de juros em reais | Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixada | 523 | 156.916 | (156.916) |
| | Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras | - | (2) | 2 |
| Total | | 523 | 156.914 | (156.914) |

| Fatores de Risco | Descrição | 2021 | | |
|-------------------------|---|------------|---------------|-----------------|
| | | I | II | III |
| Taxas de juros em reais | Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixada | 538 | 94.225 | (94.225) |
| Total | | 538 | 94.225 | (94.225) |

Descrição dos cenários de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020:

Cenário I: Impacto no resultado causado pela variação de 1 ponto-base nas taxas de juros (Taxas de juros nominais em reais, Cupom IPCA, Cupom dólar, Taxa de juros de outras moedas) e 1% em moedas estrangeiras, índices e ações.

Cenários II e III: Utilização de choques positivos e negativos baseados em um cenário interno de estresse, que é utilizado para estimar possíveis perdas que poderiam zerar um ano de lucros da tesouraria e, portanto, utilizados para avaliar os limites de risco da tesouraria de acordo com o *Risk Appetite Policy*, e descrito no Caderno de Risco de Mercado e Liquidez. O choque proposto é o percentil 99,97% da distribuição de retornos para tais períodos de retenção. Nesse caso, considerou-se também o percentil 0,03%, uma vez que as posições podem estar compradas ou vendidas em períodos diferentes. Assim, adotou-se, como critério, a média das causas. O período de retenção é de 5 dias para Carteira de *Negociação* e 20 dias para Carteira *Bancária*.

Choques Cenário II:

| Fatores de Risco | Unidade | Choque | Carteira de Banking | |
|--------------------------------|---------|--------|--------------------------------|---------|
| | | | Fatores de Risco | Unidade |
| Taxa de juros nominais | bps | 180 | Taxa de juros nominais | bps |
| Cupom IPCA | bps | 125 | Cupom Dólar | bps |
| | | | Taxa de juros de outras moedas | bps |
| Cupom Dólar | bps | 125 | Moeda Estrangeira | % |
| Taxa de juros de outras moedas | bps | 48 | | |
| Moeda Estrangeira | % | 12 | | |

Choques Cenário III:

| Fatores de Risco | Unidade | Choque | Carteira de Banking | |
|--------------------------------|---------|--------|--------------------------------|---------|
| | | | Fatores de Risco | Unidade |
| Taxa de juros nominais | bps | (180) | Taxa de juros nominais | bps |
| Cupom IPCA | bps | (125) | Cupom Dólar | bps |
| | | | Taxa de juros de outras moedas | bps |
| Cupom Dólar | bps | (125) | Moeda Estrangeira | % |
| Taxa de juros de outras moedas | bps | (48) | | |
| Moeda Estrangeira | % | (12) | | |

22.4. Gerenciamento de risco de crédito

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito. A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

22.5. Gerenciamento de risco de liquidez

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup.

A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Citigroup, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

A Liquidez do Banco Citibank Brasil é gerenciada de forma agregada através do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, composto pelas entidades legais que satisfazem os critérios de fungibilidade e responsabilidade definidos na Política de Liquidez.

A estratégia de financiamento e gerenciamento de risco de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é documentada seguindo um calendário que visa garantir a revisão e atualização de métricas, relatórios, limites e gatilhos, projeções de entradas e saídas de caixa, plano de contingência e gestão do risco de liquidez intradiário. Essa revisão segue um regime que contempla aprovações dos gestores de risco local e regional além do comitê *ALCO (Asset and Liability Committee)*. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil utiliza medidas de estresse como suas principais métricas para identificar, monitorar e gerenciar o risco de liquidez. As métricas utilizadas permitem ao banco monitorar, controlar e mitigar o risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, garantindo a manutenção do estoque adequado de ativos líquidos de alta qualidade mesmo em condições extremas de mercado. Adicionalmente, o banco conta com alguns outros índices de liquidez que permitem identificar o perfil de captação de recursos da instituição e garantir a diversificação dessas fontes.

22.6. Gerenciamento de risco socioambiental e climático

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327/14, nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional e o Normativo SARB 14 (Sistema de Autorregulação Bancária), estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão do CRO, para gerenciamento de Risco Socioambiental e Climático, acompanhado das iniciativas e compromissos globais que a Organização assumiu para os temas ambientais, sociais e de governança que refletem as operações locais.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental e climático consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Para maiores informações sobre os compromissos ambientais, sociais e governança do Citi consulte o site <https://www.citigroup.com/citi/about/esg/> (não auditado).

22.7. Gerenciamento de riscos relevantes

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes.

22.8. Relatório de gerenciamento de riscos e capital - Pilar 3

Este documento divulga informações qualitativas e quantitativas do gerenciamento de riscos e requerimentos de capital aplicáveis ao Conglomerado Prudencial Citibank Brasil.

| A Diretoria | Contadora | Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC: 1SP256989/O-0 |
|-------------|-----------|---|
|-------------|-----------|---|

| Comitê de auditoria | |
|---------------------|--|
|---------------------|--|

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 em atendimento a Resolução 3198/04, que foi revogada pela Resolução 4910/21 do Conselho Monetário Nacional - CMN, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente;
- avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 15 vezes no período de 1º de janeiro de 2022 à 31 de dezembro de 2022, onde desenvolveu as seguintes atividades:

- Reuniu-se com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
- Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
- Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Controles Internos (IBRC), em conformidade com a Resolução nº 2.554 relativo ao ano calendário de 2021 (substituída pela Resolução 4.968), do Conselho Monetário Nacional - CMN, e os trabalhos gerenciados pelo CRO do Citi Brasil para garantir o cumprimento da Resolução CMN 4.557/17 com o objetivo de avaliar e garantir o gerenciamento integrado de riscos.
- Em atendimento à Resolução nº 4.860/2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil para o exercício de

2022, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 24 de março de 2023, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022; (ii) dos assuntos de destaque do semestre e exercício; e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de Atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A. empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 24 de março de 2023.

| A DIRETORIA | Comitê de Auditoria | Camilla Cruz Oliveira de Souza - Contadora - CRC: 1SP256989/O-0 |
|-------------|---------------------|---|
|-------------|---------------------|---|

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e à Diretoria da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Citibank Distrib